

Temporalidades rurais: trabalho feminino, sentidos e organização do tempo

Mayara Galvan dos Santos¹ e Álvaro Roberto Crespo Merlo²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS, Brasil)

Na pesquisa que embasa este artigo, buscou-se compreender as relações entre tempo e trabalho através da narração de cenas extraídas de uma pesquisa de inspiração etnográfica baseada no acompanhamento do trabalho de mulheres, no contexto agrícola familiar. Verificou-se que essas relações passam pela noção de clima, influenciando a produção de alimentos e impactando economicamente as famílias; que a terminologia carrega heranças simbólicas, por exemplo, os conhecimentos passados de uma geração à outra; e que o uso que as mulheres fazem de seu tempo é predominantemente preenchido por atividades laborais. Ou seja, o tempo é vivido objetiva e subjetivamente em estreiteza com o trabalho e suas transformações repercutem no cotidiano, daí a necessidade de pesquisas que agreguem as discussões de gênero nos ambientes rurais e contribuam para que políticas públicas sejam fortalecidas e possibilitem outros usos de tempo para as mulheres.

Palavras-chave: sentidos do tempo, trabalho feminino rural, relações de gênero, organização do tempo, etnografia, psicologia social do trabalho.

Rural temporalities: female work, meanings and organization of time

In the research that underpins this article, we sought to understand the relationships between time and work through the narration of scenes extracted from an ethnographic-inspired research based on monitoring the work of women in the family agricultural context. It was found that these relationships go through the notion of climate, influencing food production and economically impacting families; that the terminology carries symbolic inheritances, for example, knowledge passed from one generation to the next; and that the use that women make of their time is predominantly filled with work activities. In other words, time is lived objectively and subjectively in a close relationship with work and its transformations have repercussions in daily life, hence the need for research that aggregates gender discussions in rural environments and contributes to strengthening public policies and enabling other uses of time for women.

Keywords: meanings of time, rural female work, gender relations, organization of time, ethnography, social psychology of work.

¹ <https://orcid.org/0000-0002-8513-1346>

² <https://orcid.org/0000-0001-5016-0174>

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir a diversidade na lida com as temporalidades no âmbito do trabalho rural. Na intenção de demonstrar as diferentes facetas e entendimentos que o conceito tempo pode assumir nos cotidianos, optou-se pela convivência com as agricultoras e acompanhamento de suas práticas de trabalho para pensar as relações trabalho e tempo.

Logo, abordar o tempo de modo generalista como se apresenta nas discursividades do dia a dia, significa tomá-lo enquanto clima: verões e invernos, quentes e frios; enquanto memória: gerações passadas e presentes; enquanto duração: plantio e colheita; enquanto tempo de trabalho distribuído conforme as relações de gênero; enfim, é tomá-lo enquanto rede de significações que preenche a realidade e transmuta-se uma vez que ele próprio é constantemente modificado.

Tempo, trabalho e ruralidades

A estruturação fundiária brasileira merece atenção por se configurar a partir de espaços distintos em termos geográficos, econômicos, demográficos e culturais que influenciam os modos de vida das comunidades cujo trabalho na agricultura e pecuária refletem também um cronograma histórico e político da sociedade em diferentes períodos.

Portanto, a escrita deste artigo parte de uma experiência de convívio num ambiente rural específico, com modos de vida, apropriação e significação que são próprios de seus habitantes. Ou seja, não é qualquer espaço rural, mas um espaço possível e delineado conforme a explicitação das atividades executadas pelas mulheres, suas narrativas e suas percepções.

A possibilidade de dimensionar e lidar com o que aqui se entende por tempo provém das sociabilidades e convencionalidades, logo, não é algo posto *a priori*, mas construído (Elias, 1998). Sendo assim, falaremos de um tempo determinado pelo entendimento das próprias trabalhadoras, temporalidades contingenciadas por suas histórias de vida e cotidianidades, logicamente delineadas por um tempo histórico como cenário.

Tomando o trabalho enquanto propulsor ativo dos processos psicossociais humanos, sua importância configura-se na medida em que é atividade transformadora dos sujeitos e de suas sociedades simultaneamente (Coutinho & Oliveira, 2017). Porém, se é atividade realizadora, também é meio de obtenção de dinheiro e, portanto, de sobrevivência. Tal diferença produz tensões entre as relações de trabalho e do capital. Se a primeira almeja a emancipação por meio do encontro do trabalhador com sua atividade, a segunda objetiva a lucratividade. Os resultados desse jogo de forças são visíveis nos impactos gerados nas vidas das pessoas.

Este texto contempla o cotidiano e se organiza, por meio dos conceitos comuns que se dividem, aproximam e distanciam para fins didáticos, o que é diferente do que ocorre na convivência nos ambientes de trabalho e vida das participantes, onde os acontecimentos são aleatórios e condensados. Serão, assim, apresentados o percurso metodológico, arcabouço

teórico, discussões e resultados voltados para o trabalho, tempo e relações de gênero enquanto eixos principais, considerações finais e possibilidades futuras de investigação.

Percurso metodológico

Os excertos que despertaram as discussões são parte do material produzido por meio do acompanhamento de mulheres que exercem atividades no contexto agrícola familiar, num município localizado na região da serra gaúcha, no Rio Grande do Sul. Por agricultura familiar, entende-se atividades que ocorrem em pequenas propriedades, nas quais a força de trabalho é familiar e as produções agropecuárias são destinadas à venda e ao consumo das famílias (Wanderley, 2000).

O percurso metodológico abrangeu visitas às propriedades de seis mulheres com o objetivo de acompanhar seus trabalhos diários, rotinas e como tais dinâmicas relacionam-se com as temporalidades. O primeiro contato foi realizado diretamente com uma das participantes num encontro ocasional e os seguintes por meio do grupo de fitoterápicos do município, indicações de amigas ou vizinhas das próprias trabalhadoras. O convite, a apresentação dos objetivos e procedimentos da pesquisa foram explicados a cada uma, bem como a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para aquelas que se voluntariaram.

As participantes têm idades entre 26 e 57 anos, todas são casadas e têm filhos. Cinco estudaram até a quinta série do ensino fundamental e uma até o ensino médio, sem concluí-lo. Em todos os casos, a renda é única e provém do trabalho rural familiar.

Cada visita foi relatada em um diário de campo imediatamente após seu término, no qual, também constam anotações referentes a viagens e outras atividades desenvolvidas no município para o público rural pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) ou pela Prefeitura, das quais participei ao longo da pesquisa, com destaque para o grupo de fitoterápicos destinado às mulheres, realizado mensalmente na sede do município por iniciativa de um grupo de agricultoras em parceria com as entidades acima mencionadas. Tanto as anotações no diário de campo, registradas desde os primeiros contatos e experiências, quanto a observação participante foram ferramentas essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Inicialmente, as visitas aconteceram semanalmente, duravam o dia todo ou apenas um turno dependendo da disponibilidade das trabalhadoras. Após o período de dois meses, as visitas eram combinadas a cada quinze dias. A duração da pesquisa foi de sete meses, de setembro de 2017 a março de 2018.

Na fase final da pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas, autorizadas e, posteriormente, transcritas para complementar questões que ficaram em aberto no cotidiano. As perguntas englobaram dados sobre a composição e relações familiares, de trabalho e com o tempo. Os locais de aplicação foram a sala ou a cozinha da casa das mulheres.

Os nomes referenciados nas citações de campo são fictícios conforme acordado com as participantes e as premissas do Comitê de Ética. Todo o material reunido foi organizado em

grandes eixos e compartilhado com cada participante a fim de confrontar e validar as informações colhidas e disponibilizadas.

Conforme preconizado pela Psicologia Social do Trabalho, a abordagem de inspiração etnográfica propõe a vivência *in loco*, visando à apreensão de sentidos por meio do compartilhamento de códigos intrínsecos e ao acompanhamento do trabalho junto aos trabalhadores (Ribeiro, Oliveira, Bernardo, & Navarro, 2017). O próprio método exige uma lida diferenciada com o tempo, afinal, o desenvolvimento da pesquisa desdobra-se para além dos meses oficiais demarcados, como processo em devir, início e fim não existem *a priori*, são apenas limites estabelecidos (Certeau, 1982). Trata-se de um habitar comum, tempo-lugar semelhantes, jamais iguais.

Contar histórias não significa apenas lembrá-las, mas produzi-las a partir de um lugar-tempo específico e recontá-las por meio da escrita também é uma produção, que nada tem de neutra, pois mesmo a imersão e descrição densa sobre os fenômenos passa por certa interpretação, pelo crivo do pesquisador (Geertz, 2008; Andrada, 2010).

Entendimentos sobre o tempo

Conforme já exposto, Faria e Ramos (2014) enfatizam que é preciso considerar o tempo como categoria de vivência subjetiva, cujo ponto de partida é a experiência dos sujeitos e suas relações sociais (Aquino, 2003; Berger & Luckmann, 2004). Com base nestas, em cada época, há concepções e maneiras distintas de articular sequências e regularidades, ou seja, de lidar com as temporalidades (Elias, 1998).

A teoria dos tempos sociais, ao considerar o arranjo histórico e conhecimentos acerca do tempo, sustenta que as transformações no mundo do trabalho correspondem às transformações temporais nas sociedades após a Revolução Industrial, ou seja, as atividades laborais organizam e estruturam a temporalidade social (Aquino, 2003; Sue, 1995; Pronovost, 1996).

A noção urbana e ocidental do tempo é daquele que se divide em horas, minutos e segundos, cujo símbolo é o relógio, e então os dias, semanas, meses e anos simbolizados pelo calendário. Essas tecnologias, destinadas às medições, provocaram transformações na sociedade. Agregador de processos físicos, biológicos, sociais e subjetivos, o relógio, enquanto construto humano, enumera o fluxo do tempo (Elias, 1998). Marco da Revolução Industrial, radicalizou as relações de trabalho ao permitir o controle não somente sobre a atividade, mas também sobre o próprio trabalhador e seu corpo (Faria & Ramos, 2014). A partir daí, o tempo associado ao trabalho ganhou uma nova significação: produtividade.

Das relações industriais para as relações camponesas há diferenças, pois o trabalho rural não segue uma jornada determinada. Se a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determina que empregados em atividades privadas trabalhem oito horas diárias (Decreto-Lei 5.452, 1943), no campo, isso não ocorre. Um dia de trabalho começa antes do nascer do sol e finda quando anoitece, dependendo da época isso pode significar mais de 12 horas de labor diárias. Em outros períodos, essa jornada é diminuída, mas o que se quer demonstrar é que o trabalho está sujeito

às condições climáticas e essas determinarão as tarefas possíveis de serem realizadas no dia, unidas às decisões tomadas pelos próprios agricultores.

Entretanto, atualmente, essa dinâmica vem sendo alterada devido às negociações dos agricultores com os comércios, com os compradores de seus produtos. Logo, se antes a decisão sobre como dispor de seu trabalho e tempo era deles, agora não o é completamente: “Quando minha carona chegou já eram quase 20h e estávamos na colheita de tomates. Diariamente a família acorda às 4h para iniciar seus trabalhos” (Diário de campo, 2018).

Embora as noções de controle de tempo sejam mais bem visualizadas quando pensadas a partir das relações de trabalho fabris, essa é uma lógica que vem se instalando de forma intensa também nos espaços rurais. As múltiplas atividades realizadas em determinadas propriedades colocam a urgência de perceber como, gradualmente, as famílias aproximam seu funcionamento ao de empresas.

Pergunto como eles dão conta de todo este trabalho: “Ih isso fora os tomates, pimentões, as vacas, os bois de engorda, e ainda o que a gente trabalha pra fora, ano passado a gente plantou repolho e milhares de pés de tomate, na lavoura inteira, nunca sofri tanto que nem naquele ano, nem gosto de lembrar, mas a gente não consegue esquecer né? Depois vou te levar lá pra tu ver tudo”. (...) Enquanto embalávamos brócolis, Mariana e seu companheiro comentavam sobre a necessidade de investimentos e atualização: “Pra conseguir fazer as coisas e ter algum lucro com elas” (Diário de campo, 2018).

O acúmulo de atividades variadas, empreendidas na busca de maior rendimento, ocorre às custas do aumento da força e da intensificação do ritmo de trabalho familiar, que já é aumentado em determinadas épocas do ano. A coexistência entre práticas laborais mais tradicionais e os novos modelos em curso, além de reordenar os quadros temporais, integram a noção de complexificação (Antunes, 2009).

Martins, Aquino, Sabóia e Pinheiro (2012) fizeram uma retomada da apropriação do tempo através da mitologia grega. Suas discussões sobre o enlace tempo-trabalho trouxeram contribuições para o entendimento dos diversos sentidos conferidos. Se *Kronos* é o tempo medido, de organização e controle, simbolizado pelo relógio que regula o comércio e as produções, há também e concomitante a atuação de um tempo outro, próprio da existência cuja passagem é acelerada ou retardada conforme aspectos emocionais, prazerosos ou dolorosos. Denomina-se *Kairós* e é também o tempo da memória, que acontece no presente do trabalho aprendido geracionalmente.

Pensando nessas correlações, há o choque entre os tempos rurais e comerciais. As produções voltadas para o consumo são realizadas a partir do gerenciamento das trabalhadoras, já para as comercializáveis, impera o pedido dos compradores. Assim, um período de x horas resulta em um trabalho dobrado se comparado aos demais dias nos quais podem decidir por si a distribuição das tarefas e horas necessárias para a sua realização. Sabe-se que uma redução formal do horário do trabalho pode significar um aumento real do tempo de trabalho para determinada tarefa (Antunes, 2009). São exemplos as atividades com as verduras e com o leite:

Após o almoço, enquanto Mariana, Neide e eu limpávamos as louças, Raul e Jairo resolviam algumas questões de banco. Em seguida, os três (Mariana, Raul e Jairo) combinaram uma pausa de ao menos meia hora antes de retornar às atividades. Mal puderam se deitar e uma ligação do comprador solicitando uma carga de tomates para o dia seguinte impediu o descanso. Com pressa, vestiram as roupas de serviço e foram para a colheita (Diário de campo, 2017).

O tempo para os agricultores é definido conforme um ritmo próprio, exceto se regulado por terceiros. Quando o 'quero ir' é trocado pelo 'tenho que ir', o que está em jogo é a autonomia na realização das atividades. Isso provoca incômodos na medida que a relação temporal corresponde a fatores de outra ordem, como a observação do clima antes da observação do relógio; passa pela maturação do legume antes de sua necessidade comercial, por exemplo: "Olha, o trabalho pra mim, ah eu tendo saúde, o trabalho pra mim é muito bom, mas tendo saúde né? Pra mim, o trabalho é uma coisa assim que tu sai... desde que não seja um serviço apurado né, um serviço assim que tu 'tem' que fazer" (Inês).

Porém, o propósito aqui é apresentar, a partir do cotidiano, outros manejos do tempo e os indícios mostraram que há maneiras de resistir, que superam seu sentido estritamente cronológico, pois atuam conforme outras demandas. Podemos tomar de empréstimo de Certeau (1996) o seu conceito de "artes do fazer", para, então, resgatar as táticas das agricultoras no estabelecimento de diferentes apropriações de seus tempos e trabalhos, que seguidamente subvertem padrões na busca de certa liberdade de inventividade e fazeres. E é sobre tais práticas que versa o artigo, por meio do acompanhamento de seus meios de viver, resistir e atribuir sentidos no dia a dia, subsidiando saberes e inserções.

No caleidoscópio dos significados do tempo no rural, percebidos por meio da aproximação, há aquele que se encontra na semente lançada à terra e aquele que permite o crescimento da planta e/ou do bicho; o tempo que torna-se chuva, sol, vento, frio e calor; o tempo da contação de histórias, memória, que dá à narrativa a condição de possibilidade de atualizar-se e acontecer; o tempo da avó que, após ser filha, tornou-se mãe e, agora, ensina também as netas. Enfim, tempo é um conceito múltiplo que se expande e transversaliza.

Análise e discussão dos resultados

As visitas, acompanhamentos e conversas em campo produziram uma série de pistas acerca das relações estabelecidas com o tempo. A seguir, serão apresentadas as condições, tratamento e interpretações dadas à interação com o tempo: clima, trabalho feminino, lazer, tecnologias, gerações e sucessão.

Tempo que é clima

Rosa conta que tiveram que plantar as melancias duas vezes. Não sabe o que aconteceu, pois elas não vingaram. Lhe conto que, numa outra propriedade que visitei, relataram o mesmo. Então, ela me diz que pode ter sido os bichinhos que comeram as sementes. Pergunto sobre o plantio, ao que Rosa responde que é feito depois do

inverno e que essas melancias já estão atrasadas, mas ressalta que não há uma data definida, já que planta conforme o tempo que está fazendo (Diário de campo, 2017).

A marca das estações para a agricultura é fundamental, pois fornece indícios conhecidos e repassados para as diferentes gerações de agricultoras e agricultores, sabedoria que abrange os melhores dias para determinados afazeres. Mais do que as datas fixadas de início e fim de cada período pelo calendário, são os olhares atentos dos trabalhadores, que certificam que é chegado o dia do plantio, adubação ou colheita.

São considerados o movimento dos ventos, a localização geográfica de onde vem a chuva e que ditará também sobre sua intensidade, o comportamento dos astros. É notável a influência da lua para as decisões sobre as práticas agrícolas, como o plantio preferencialmente na lua nova; e para os ciclos humanos, os partos das gestantes, geralmente nos dias em que há 'passe de lua'. Alguns eventos coincidem com as datas nas quais se festeja ou homenageia entidades religiosas. Enfim, ainda que o calendário garanta a repetição ritualística (Elias, 1998), é o comportamento da natureza que detém o privilégio de conduzir as ações nos meios rurais.

Ainda assim, considera-se que o tempo separado pela linguagem entre físico e social, compõe uma unicidade, o que implica que o tempo da natureza é também o tempo social, enquanto constructo simbólico de orientação (Elias, 1998).

As condições climáticas influenciam também a organização diária. Conforme afirma Neide, "Se tem sol, chuva, geadas, o que for, a gente tem que ir colher. É a família que faz a colheita sem a ajuda de nenhum 'peão'". Nos dias de chuva, algumas atividades são remanejadas e concentradas em locais secos. Então, as agricultoras trabalham na produção de alimentos: massas, pães, bolachas, geleias, conservas, cucas, enfim, o que o caderno de receitas e a criatividade permitem. O artesanato é uma alternativa, tais como tricôs, crochês, costuras etc. Já as lidas com os animais ou com as lavouras, na época de colheita, precisam ser feitas com chuva, sol, frio ou calor: "Quando o sol tá muito quente, que a gente tem que ir, daí tu sofre bastante na roça, agora, quando o dia tá bom pra mim, não tem dificuldade nenhuma, pra mim é ótimo" (Inês).

No verão ou inverno, quando as temperaturas estão bem definidas, muito altas ou muito baixas, as tarefas tornam-se extremamente penosas: o manejo com os animais nos dias de frio e chuva, a lama acumulada e a colheita em horários de sol forte. Além do impacto na saúde das trabalhadoras, repercutem na produção, devido à diminuição na quantidade de leite produzido pelas vacas e a redução do tempo de armazenamento dos vegetais, quando é muito quente.

Pudemos ver as máquinas trabalhando numa terraplanagem. Ela contava sobre o planejamento de construir um galpão para o confinamento das vacas que ficariam semiconfinadas, o que significa deixá-las no pasto fechando-as somente nos dias de chuva e frio intenso. O galpão proporciona o conforto necessário tanto para os animais quanto para quem trabalha na ordenha. Afinal, o gado solto faz barro, o barro judia os úberes e pode adoecer as vacas, além da questão da higiene, pela qual se constatada pelo comprador, o produtor ganha um ou dois centavos a mais por litro de leite vendido (Diário de campo, 2018).

No caso das vendas, principalmente dos brócolis e tomates, a passagem do tempo quando os compradores não adquirirem seus produtos significa o apodrecimento da produção nas lavouras, e com ele, todo o trabalho despendido debaixo de sol, chuva, com frio ou calor, além do prejuízo financeiro e da frustração: “os brócolis demoram em torno de 70 dias entre o plantio e o amadurecimento para a venda. É preciso ficar atento, pois o dia da colheita é um só, um dia de atraso e inicia a sua deterioração, dificultando a comercialização” (Diário de campo, 2017).

Mariana me levou em direção à lavoura, dois mil pés de diferentes variedades de tomates em plena produção. Ela contou que, neste ano, estão vendendo a um preço bom, justo na verdade, pois no ano passado, quando haviam plantado dez mil pés, precisaram vender por um preço tão baixo que boa parte da produção ficou na lavoura apodrecendo. Novamente, disse que nem gosta de lembrar todo o sofrimento que passaram naquela safra: “Muito trabalho e pouco retorno” (Diário de campo, 2018).

Se o tempo de produção agrária era estritamente condicionado ao clima, hoje, as tecnologias permitem a aceleração, o plantio em épocas que anteriormente eram impossíveis de produzir alimentos e esse movimento é percebido pelas agricultoras como algo bom, tanto se tratando dos maquinários como dos agrotóxicos, ainda assim não excluem a percepção ambiental, as pistas climáticas e as datas simbólicas. O trabalho segue sua mística respeitando ciclos, conciliando-os com as tecnologias disponíveis de forma complementar.

Trabalho feminino: multiplicando o tempo

Aqui, não tem aquela carga horária, né? Tu vai a hora que tu puder, não é que, se tu tem que ir, que tem uma produção que tu tá perdendo, daí tu tem que ir, né? Mas, tipo assim, ah, hoje, eu tive que ir, mas amanhã, se eu não tiver muito bem, se amanhã não precisar, não tenho que ir na marra. Porque, na cidade, chegou aquela hora, tu tem que ir, senão tu vai perder o emprego. Aqui não, não é aquela obrigação. Na cidade, não é isso, tu é mandado pela hora, né? (Inês).

Na vida agrícola, o relógio não é protagonista. Mais importante do que a exatidão mecânica de suas engrenagens é a presença ou ausência do sol, à qual estão condicionadas as sequências de afazeres de um dia inteiro. As atividades com os animais não se modificam muito, seguem uma rotina que independe do clima (alimentação, ordenhas, entre outras), já as agrícolas são dependentes dele: “Acho que, hoje em dia, tá bem melhor quem tá morando na agricultura do que quem tá na cidade. A gente tá mais livre porque, se tu tá de empregado, tu tem que chegar na hora certa, em vez, se tu tá na agricultura, não tem aquela hora certinha de chegar no trabalho” (Neuza).

Os símbolos do tempo, aqueles que denunciam sua passagem, enquanto criações, têm papéis definidos de orientação e regulação das atividades humanas. Dotados dessa capacidade de situar-se no mundo a partir de certos tempos medidos, torna-se difícil imaginar que, em algum momento, eles não eram necessários e, em alguns locais, ainda não o são, ao menos não com tanta pertinência. Na dinâmica entre *Kronos* e *Kairós* (Martins et al., 2012), as vivências rurais ainda privilegiam o segundo. Todavia, o relógio marca os horários dos bancos, comércios

e cidades e, portanto, recorre-se a ele para tais finalidades. Isso provoca uma reordenação na rotina e essa alteração não é sentida como positiva, principalmente para as mulheres, que acumulam diversos afazeres em casa.

Em seus estudos sobre o uso do tempo no capitalismo, Dedecca (2004) expõe seu emprego em duas perspectivas: aquele destinado a reprodução econômica, ou seja, o remunerado que inclui o deslocamento até o local de trabalho, e o destinado à reprodução social, o familiar, que inclui o cuidado com a casa, lazer e sono. Destaca que são usos dependentes do contexto e em transformação, contingenciados pelas instituições que de certa forma o regulam. Enfim, um aspecto desse uso é o contraste entre os dois tempos.

Se essas formas de usos, ainda que conflituosas, pareçam naturais, a realidade rural não se molda, ou não exatamente, a este modelo. Se a realização das tarefas institui a passagem do dia, torna-se impossível separar trabalho e vida. Portanto, mais do que a necessidade de refletir sobre esse inseparável, é preciso pensá-lo a partir da condição da mulher, resgatando gênero enquanto categoria de análise inerente. Afinal, o tempo de trabalho dessas agricultoras precisa ser multiplicado para corresponder às exigências historicamente sustentadas.

Todo mundo tem que entender que a mulher do campo tem que ser mais valorizada, né? Porque pega cedo de manhã e não tem hora, até de noite, hora que acaba tudo pra ir deitar, fica tarde. (...) No campo, não tem hora e não tem fim de semana. Todo fim de semana tem que trabalhar, é direto, e na cidade só tem aquelas horas de segunda a sexta e deu (Neuza).

O cuidado das crianças, idosos, a alimentação da família, atividades domésticas em geral e limpeza dos jardins e arredores da casa, a produção de alimentos em menor escala são seus labores e todo esse investimento de tempo e força, quando não convertido em dinheiro, costuma passar despercebido.

Esse panorama reflete uma sociedade construída sobre estruturas ainda bastante rígidas com base nas diferenciações de gênero e distribuição de poder (Fávero, 2010) e, mais especificamente, de uma divisão sexual do trabalho, uma vez que estabelece algumas atividades comumente realizadas por mulheres e outras por homens, sendo as primeiras voltadas aos afazeres domésticos e não remunerados (reprodutivas) e as demais, externas e remuneradas (produtivas) (Kergoat, 2009).

É um dualismo equivocado quando temos por base a realidade, afinal, não só o entendimento de gênero amplia essa discussão ao propor que, enquanto construção social, há outras performances possíveis que não tem a ver com a categoria sexo. Elas partem de um construto cultural de atribuição de papéis que superam as diferenças biológicas (Butler, 2003), como no campo do trabalho, no qual as mulheres desempenham as mais diversas atividades, seja dentro ou fora de casa. Porém, se esse equívoco se mantém é porque ainda repousa sobre determinadas estruturas, instituições, discursividades e práticas que beneficiam uns em detrimento aos outros, que precisam ser desconstruídas (Scott, 1995).

Esses papéis são também assumidos pelas agricultoras e compõem suas vidas. As mulheres são associadas às atividades consideradas 'reprodutivas', ainda que as extrapolem, pois são responsáveis pelas casas e também pelos trabalhos externos (considerados 'produtivos'). Se, por um lado, são as donas de casa, por outro, são vistas como meras ajudantes de seus maridos,

filhos, sogros ou genros. Se há tais responsabilidades instituídas, há relações de subordinação e até mesmo de chefia no interior das próprias famílias. Nessa dinâmica, conforme proposto por Kergoat (2009), dois princípios são visualizados: separação e hierarquização, o primeiro corresponde ao que cabe a homens e mulheres, o segundo ao valor atribuído às tarefas, sendo as dos homens destacadas e as das mulheres desvalorizadas.

Nas propriedades onde esta pesquisa foi realizada, atividades domésticas e de cuidados não são remuneradas, já para as externas, a remuneração é unificada. Logo, quem administra é quem direciona os valores para cada um conforme as necessidades, sendo o montante principal destinado aos gastos da propriedade. Consequentemente, as mulheres não recebem um salário mensal, exceto aquelas que recebem aposentadoria. Ou seja, o uso que as agricultoras fazem de seu tempo se ancora nas desigualdades de gênero e nas tradições, que agem como instituições que estabelecem determinados padrões de comportamento (Ramos, 2009) tão habituais que pouco são questionados.

A divisão sexual do trabalho, imersa e componente da perspectiva das relações de gênero, permite pensar as implicações da invisibilização histórica de determinadas atividades para, então, resgatá-las e tratá-las como trabalho (Hirata & Kergoat 2007). São atividades desenvolvidas por mulheres, pouco valorizadas e de uma importância indubitável, pois garantem o funcionamento do grupo (que é também uma família), e de toda a sociedade, afinal, permitem que os demais membros possam desempenhar seus trabalhos, como se vê na fala de Flávia: “Juntar pedra, era tirar leite, cuidar da família, dos filhos, ir na roça o dia inteiro, daí agora que deu uma folga [devido a aposentadoria] (...) Era tudo, vaca de leite, em casa, filhos...”.

A lida leiteira é predominantemente feminina nas famílias visitadas, sendo, em algumas, a principal atividade da propriedade. Portanto, cabe a pergunta: se todos sabem que é a mulher quem trabalha na ordenha, porque ainda se fala ‘O produtor’ no lugar de ‘A produtora’? A simples troca da vogal significa a complexa troca que carece ocorrer nas relações de trabalho, a necessidade de reconhecimento da mão de obra feminina nos espaços rurais, demasiado negligenciada.

Há que se considerar os espaços de trabalho compartilhados, pequenas lavouras, carneações, e, eventualmente, a ordenha, acontecimentos comuns, já que a família, como responsável por si, reúne esforços coletivos no desempenho das tarefas. Entretanto, ressalta-se que as mulheres transitam por todos os espaços, inclusive por àqueles considerados ‘dos homens’ e, eles por sua vez, não transitam nos espaços delas, como é o exemplo das atividades domésticas, exclusivamente femininas. A força de trabalho feminina é a que realiza inteiramente diversas atividades, das domésticas às agropecuárias, contudo, quando empreendida nos espaços considerados ‘masculinos’, é tratada como simples ‘ajuda’. Esse entendimento já foi abordado por diversas pesquisas (Tedeschi, 2004; Woortman, 1991).

Se não há uma jornada de trabalho estabelecida, o tempo de reprodução (Dedecca, 2004) é drasticamente diminuído. Se uma parte da sociedade urbana permite uma carga horária de trabalho conciliada aos horários da escola por exemplo, a realidade rural não o faz e esse alargamento da jornada provoca restrições. O uso do tempo no setor rural para as mulheres é afetado não somente pela necessidade econômica de maior produção, que implica aumento da jornada, mas porque seu tempo social é preenchido por mais atividades laborais.

O índice de maior possibilidade feminina no uso do tempo social se encontra em países europeus cuja articulação das políticas sociais são amplas, por exemplo, no que diz respeito às escolas em tempo integral (Dedecca, 2004, p. 31). Já no Brasil, nos anos de 2016 e 2017, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2017), 37% das atividades de cuidado eram efetuadas por mulheres, seja de parentes moradores do próprio domicílio ou fora dele, enquanto o exercício desse cuidado por parte dos homens era de 26,1%.

Por cuidado entende-se: cuidados pessoais, que englobam alimentação, vestimenta, medicação, banho, penteado, colocar para dormir; atividades educacionais: leitura, brincadeira, jogo e fazer companhia em domicílio; acompanhamento à escola, médicos, exames, parques, atividades socioculturais, esportivas, religiosas e demais tarefas de cuidado dos moradores (IBGE, 2017, p. 1). No quesito afazeres domésticos, 92,2% das mulheres os realizavam, enquanto a taxa de homens para a mesma atividade era de 78,2%. Esta categoria inclui:

Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça; cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados); fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio; cuidar dos animais domésticos; e outras tarefas domésticas (IBGE, 2017, p. 1).

Quando se reúnem as duas atividades: afazeres domésticos e cuidados, chega-se a uma média de 16,5 horas, com uma discrepância notável entre homens e mulheres, sendo 10,8 horas para homens e 20,9 horas para mulheres (IBGE, 2017, p. 13).

Se além de não remunerado, é também um trabalho invisibilizado, as consequências dessa dupla desvalorização vão da degradação da autonomia até a restrição do acesso a outros espaços sociais devido ao pouco tempo realmente livre (Bandeira & Preturlan, 2016), acarretando perda de direitos decorrentes das desigualdades de gêneros que prejudica, principalmente, as mulheres.

Ainda assim, são visíveis alguns movimentos de mudanças quando as mulheres começam a romper condutas comuns às gerações antecessoras. “Você faz parte de alguma associação, sindicato ou cooperativa?”, “Sim, do Sindicato, eu faço parte do Sindicato, da diretoria” (Neuza). Além deste relato, duas das participantes concorreram a cargos eletivos do município, duas têm carteira de habilitação, em três das famílias visitadas são as mulheres as responsáveis pelos assuntos bancários, todas participam de grupos comunitários, cursos de aprimoramento de suas práticas profissionais, são ou já foram associadas ao STR, enfim, ocupam os espaços públicos de diferentes maneiras.

Tempo livre?

Considera-se tempo livre aquele não ocupado pelo trabalho, numa noção cronológica. Esse entendimento e, em seu bojo, o lazer, pressupõe a existência da liberdade de escolha, ainda que esta não se dê totalmente uma vez contingenciada por fatores determinantes, dentre eles os

socioeconômicos, como propõem algumas abordagens críticas (Aquino & Martins, 2007). O seguinte relato do diário de campo é exemplar:

Perguntei se costumam sair de casa ou fazer visitas, Mariana respondeu que não. Saem de vez em quando só, mas que tinha adorado vir na minha casa e gostaria que eu fosse mais vezes visitá-la. Também comentou que, devido as atividades diárias, fica difícil encontrar um tempo para sair, pois “na volta, fica tudo acumulado por fazer”. Saída na semana é somente para rezar no capitel. Ali, ficam sabendo das últimas novidades e encontram-se com os vizinhos para conversar. Às vezes, fazem serão na casa de alguém, mas isso também significa horas a menos de sono, pois ela e o marido costumam ir dormir cedo, em torno das 20h, para acordar cedo, às 4h30 (Diário de campo, 2018).

O excesso de trabalho atua como barreira ao investimento em outros projetos e impacta na existência do tempo livre destinado ao lazer ou ao ócio. Afinal, se elas intencionam participar de eventos do município, passear, estudar etc., precisam se organizar de forma que as atividades rotineiras, em casa e fora, sejam realizadas.

Como consequência desse acúmulo de tarefas, além do desgaste, observa-se o impacto na esfera econômica e, conseqüentemente, na autonomia, fenômenos característicos de mais um dos mecanismos de restrição às mulheres (Santos, Diogo, & Shucman, 2014). Adota-se como referência os dados que demonstram que a inserção das mulheres no mercado de trabalho produtivo não significa a redução da jornada doméstica, mas um acréscimo, aumentando e intensificando seu tempo de labor, o que tende a se ampliar na presença de filhos (Dedecca, 2004). Por conseguinte, o ‘aproveitamento’ e o ‘rendimento’ do tempo no trabalho faz com que o lazer seja limitado e adiado constantemente na vida das agricultoras.

O uso do tempo livre é visualizado quando se encontram com vizinhas e amigas para tomar chimarrão, quando saem para participar de algum grupo do município (mesmo que os oferecidos sejam majoritariamente voltados para a produção, preparo de receita ou cultivo de ervas), missas e festas. Enfim, são alternativas encontradas para dar sentido à vida ‘fora do trabalho’ (Antunes, 2009) por quem vive e trabalha num mesmo espaço.

Eu faço crochê, participo do Conselho Municipal de Saúde, participo num grupo de ervas que tem na cidade, de mulheres, de dezoito mulheres que participam no grupo. Nas quartas-feiras, têm as físicas da terceira idade e, nos domingos, têm os bailes da terceira idade que eu faço parte também. Sou princesa da terceira idade, daí a gente tem um tempo pra gente dar uma aliviada, sair um pouco, conversar um pouco com os amigos, com as amigas (Neuza).

No entanto, é preciso frisar que algumas dessas alternativas acabam por transformar-se em labor, um exemplo são as festividades comunitárias. Logo, os serviços domésticos, agropecuários e de cuidado somam-se ao comunitário (nem sempre voluntário, mas obrigatório), todos partícipes de uma série de atividades não remuneradas.

Contava-me sobre a última festa da capela (fez parte da diretoria), da lista de tarefas que cumpriu e das críticas ouvidas por não ter podido fazer outras, devido aos

compromissos de casa. Entendi que ser escolhida para funções pela comunidade, ao mesmo tempo que é um gesto de valorização, é também mais trabalho e exigência para as mulheres (Diário de campo, 2018).

Considerando a experiência do ócio como possibilidade de realização, autonomia e transformação (Aquino & Martins, 2007), algumas práticas artesanais como o crochê e a jardinagem podem ser assim consideradas, agindo como vias de descanso e redução do estresse e, ainda, embelezam suas casas.

Flávia mostrou, muito orgulhosa, a sua produção artesanal: um guardanapo enorme sobre a mesa, com flores coloridas trançadas por linha. Todas as cadeiras de sua casa tinham em seu encosto uma capa de crochê, igualmente no sofá, e ainda mostrou um outro guardanapo que estava fazendo para presentear sua afilhada. Ela considera o seu passatempo, mesmo que, agora, precise diminuir o ritmo devido a um problema nos dedos de uma das mãos. Apesar disso, não pretende deixar de crocheter (Diário de campo, 2017).

Com todo trabalho que tu tem pra fazer, ainda arruma tempo pra cuidar das flores? Ah, eu arrumo, eu gosto (Inês).

Os tempos sociais se organizam em função daquele ocupado pelo trabalho enquanto atividade central. Se pensarmos no tempo livre como a possibilidade de utilizá-lo para si, preenchê-lo com ócio ou lazer, a conclusão é que: se, além de seus trabalhos diários no campo, as mulheres precisam desempenhar as tarefas domésticas, seus tempos livres são diminuídos drasticamente se comparados com o dos homens. É notório que os trabalhadores rurais têm jornadas extensas e cansativas, mas as mulheres dedicam o dobro de horas para as atividades domésticas e de cuidado de pessoas se comparado aos homens (IBGE, 2017).

Tempo da vida, tecnologias e sucessão

O tempo opera na sucessão tanto em termos cronológicos, das idades que separam pais e filhos, quanto na produção e reprodução das memórias, como espaço de onde é possível resgatar o aprendizado, naturalmente repassado desde o início dos trabalhos das agricultoras na infância. Processos mnêmicos, enquanto fenômenos subjetivos e objetivos, participam como mediadores dos relacionamentos entre as pessoas. As maneiras pelas quais o aprendizado geracional se atualiza, por meio da evocação de memórias, é também o caminho possível escolhido pelo sujeito que lembra e organiza (Bosi, 1993): “Como tu sente sobre ser uma mulher agricultora?”, “Ah eu acho que me sinto bem né, porque a gente se criou assim, se tu tivesse outro tipo de vida e tu tivesse que mudar pra ser, talvez você não ia se sentir bem, né?” (Rosa).

A noção do aprendizado enquanto modo de fazer (Certeau, 1996) revela-se atualmente num ambiente marcado por atritos. As tecnologias produzem distanciamentos, as atualidades chocam-se com esses modos primeiros, produzindo tensões entre as gerações. Diante das resistências, são necessárias negociações familiares constantes, principalmente entre jovens e idosos, afinal, se não atualizarem alguns mecanismos de produção, não conseguem a colocação

nos mercados, pois a lucratividade nas atividades é o que garante a manutenção das famílias no campo. Logo, os agricultores precisam, cada vez mais, se integrar nessa racionalidade.

A família fala da negociação com os mercados, de que, se tem qualquer bichinho, como o pulgão, os compradores já não querem, daí a necessidade dos agrotóxicos. Nessa safra [dos brócolis] colocaram bem menos, mesmo assim, precisavam atender os padrões do mercado. “Os consumidores procuram sempre as frutas ou verduras sem nenhum machucado ou bichinho, sendo que estas seriam aquelas com menos veneno, portanto, as melhores” (Diário de campo, Neide).

Para além da lógica das tensões entre gerações e aprendizados, que são naturais, se apresenta a força dos mercados como parte fundamental na modulação dos conflitos intrafamiliares. Portanto, cabe o questionamento sobre como a nova racionalidade econômica domina, modifica e impacta a organização temporal, as relações de trabalho e com a própria natureza enquanto espaço de vida, bem como as sociabilidades familiares e comunitárias (Brandão, 2007, p. 40).

Ih, ih, tirar leite? Desde os doze, treze anos eu tirava leite, à mão, com a minha mãe. A mãe fazia queijo pra vender e daí eu aprendi a tirar desde pequena (...) Ah, com orgulho, porque a gente já nasceu dos pais da gente, que eram agricultores, e continuamos sendo agricultores. E espero que uma das filhas, pelo menos, continue sendo agricultora, né? (Flávia).

A percepção do tempo se modifica. Se, para os idosos, o acompanhamento das mudanças não é fácil, para os jovens, é essencial se intencionam permanecer nas atividades no campo. O imperativo é aproveitar ao máximo a terra, afinal, o agronegócio expande-se obrigando aqueles que desejam continuar no campo a aumentar o tempo de trabalho para que possam concorrer ou, ao menos, asseverar seu espaço e viver com melhor qualidade de vida. Deste modo, o tempo de espera é substituído pelo tempo de produção.

Se há mudança nos modos de trabalho, há também nas relações estabelecidas com o tempo. Exigências de horários, produção, resultados, tecnologias que acelerem ou retardem processos são variáveis modificadoras de percepções e modos de fazer e repercutem na vida dos trabalhadores. Principalmente dos mais idosos que vivenciaram, num período relativamente curto, modificações importantes, da falta de energia elétrica para a distribuição total dela; da necessidade de buscar água nos rios para a água encanada, dos carros de boi aos tratores, e, agora, lidam com outras modificações tão impactantes quanto as primeiras, como, por exemplo, os insumos químicos e a abrangência da mecanização tanto na produção agrícola quanto pecuária, em substituição aos serviços manuais.

Junto às transformações vêm as consequências experimentadas pelos agricultores que produzem em pequena escala, afinal o que possuem não é uma empresa, mas uma unidade familiar que é forçada a competir para se manter e, ao fazê-lo, altera certos modos de existência:

Ah, com minha mãe, com meu pai comecei lá aprender. Pequena ainda, com onze anos, comecei tirar leite, e à mão. Ainda não tinha ordenha, não tinha nada, era tudo à mão. E nas lavouras também, naquele tempo, não tinha máquina e, daí, tinha que plantar soja e milho com máquina à mão (...) é esses anos eram difíceis, tinha que trabalhar e trabalhar, ainda mais que não tinha máquinas. Era tudo à mão, plantado à mão, limpadado à mão, na enxada. Não tinha veneno, essas coisas de passar, era tudo enxadinha (Neuza).

Dentre os hábitos que se mantêm, destaca-se o trabalho feminino como uma das ferramentas mais importantes na continuidade das redes de relações sociais das sociedades rurais (Santos et al., 2014). Por meio dessas práticas, criam-se espaços de produções solidárias: hortas ao lado das casas, os pomares, as pequenas lavouras nos espaços onde a produção de caráter extensivo não alcança devido ao solo rochoso ou íngreme, enfim, onde são produzidos os alimentos para a família consumir e para a realização das trocas entre vizinhas.

A alimentação é propulsora de práticas e modos de fazer. Ao empregar seu tempo no preparo de geleias, pães, bolachas, massas, conservas e no abate de animais menores, as mulheres garantem a segurança alimentar da família, reafirmam a qualidade de cada ingrediente utilizado no preparo da comida e destacam a diferença com os produtos industrializados.

...morar na cidade, lá na cidade tu depende de tudo, de comprar tudo. Aqui na roça, tu tem a tua hortinha, tu tem a tua salada, tu tem as tuas coisinhas que tu planta e eu gosto de ter as minhas coisinhas. Tu sabe o que tu bota ali, né? Que, se tu plantar um brócolis, tu tem que tratar com bastante veneno e, se tu plantar pro teu consumo, tu sabe que, nem que tenha os bichinhos, tu vai dar um jeito de lavar, botar uma quiboa [água sanitária], pra comer uma coisa saudável (Inês).

Se há o tempo impelido da produtividade, ainda há certa organização no cotidiano destas mulheres, que permite a criação, coletivização e os trabalhos solidários entre vizinhos. Falar sobre o tempo é pensá-lo a partir de um espaço, ou seja, são espaços-tempos (Brandão, 2007, p. 54) baseados em processos tais como as trocas de alimentos e de dias de serviço.

Desde muito pequena, com cinco anos, a gente já tava ajudando. Com oito anos, eu já tirava leite e, agora, essas coisas que a gente aprendeu vão se terminando, né? A piazada não quer mais saber. Igual assador de carne, hoje em dia é difícil achar quem saiba assar, foi se perdendo e é uma pena, porque alguém precisa saber (Flávia).

São complexos os aspectos que dificultam a permanência dos jovens no meio rural. Para citar alguns: a inserção das tecnologias reduz a mão de obra, estruturas das propriedades e serviços sociais precários, pouco acesso ao lazer, desvalorização profissional, dinâmicas intrafamiliares, representação da educação apenas como um projeto de saída do campo, desconsiderando sua importância para a permanência. Às mulheres somam-se: posições de subordinação, falta de reconhecimento no trabalho, oportunidades nas cidades e exclusão da sucessão (Anjos, Caldas, & Pollnow, 2005).

A sucessão familiar é construída a partir de determinados padrões, que geralmente privilegiam os filhos homens. Com base nisso, as filhas mulheres saem de casa. Migram para as cidades e, quando permanecem no interior e casam com um agricultor, mudam-se para a sua casa. Tais condições foram observadas nas histórias das participantes. A sucessão, além da herança enquanto bem econômico, ocorre também via repasse dos conhecimentos antigos para os mais jovens. Atualmente, nota-se que o conjunto de conhecimentos advindos do cotidiano e tradicionalmente repassados às filhas em termos de sabedoria agrícola, culinária, religiosa etc., é afetado com a migração. Essa dinâmica também foi encontrada nos estudos de Woortman (1991) com mulheres pescadoras:

Na perspectiva aqui adotada, a condição feminina se (re)constrói no tempo, e pelo espaço (...). Assim, a construção do tempo é também a construção do gênero pois ele é percebido através de experiências que são específicas a cada gênero, em espaços que lhes são também específicos (p. 25).

Ou seja, o tempo vivido, trabalhado e pensado pelas mulheres alicerça-se não somente nas relações de gêneros, mas nas desigualdades que modulam aprendizados e tradições.

Dados preliminares do último censo agrícola realizado no Brasil no ano de 2017 apontam um aumento no número de mulheres que dirigem os estabelecimentos rurais de 12,7% para 18,6% (945,4 mil pessoas) e o Rio Grande do Sul acompanha esse aumento. Já os homens passaram de 87,3% para 81,4% (4,1 milhões). Esses dados correspondem ao período de 2006 a 2017, e carecem de um trato especial para a avaliação de tal dinâmica. Afinal, mesmo com o acréscimo, a participação feminina ainda é drasticamente menor em relação aos homens nessas atividades (IBGE, 2017).

Questões abordadas neste e em outros trabalhos podem incrementar a discussão ao trazer fenômenos que colaborem para os estudos sobre a grande diferença numérica entre homens e mulher no campo.

Considerações finais

Retomar as discussões acerca das temporalidades-trabalho coloca os sujeitos no lugar de criadores e organizadores de seus contextos, ou seja, produtores de si (Berger & Luckmann, 2004). O cotidiano compõe o entendimento que cada sociedade tem e como lida com o tempo, contingenciado por questões históricas, econômicas, subjetivas, físicas, biológicas etc.

O contexto campesino vive uma tensão entre os tempos: por um lado, a gestão total do trabalho, autonomia e liberdade no seu uso mediado mais pela natureza e menos pelo relógio e, por outro lado, a necessidade de realizar a marcação mecânica para as relações comerciais. A esse panorama, acrescentam-se as discussões de gênero para pensar a sobrecarga das atividades femininas, mantidas também pelas assimetrias, que impactam no uso do tempo.

Refletir sobre como esses conceitos são operados no dia a dia é fundamental para o planejamento de políticas públicas que consigam amenizar as desigualdades. Como sugerem Bandeira e Preturlan (2016), a disponibilidades de creches, locais para recepção de idosos e

serviços de saúde são dispositivos importantes para a mudança dessa realidade. É também função do Estado criar meios para que o tempo das mulheres possa ser despendido conforme suas necessidades e interesses e, principalmente, fazer com que essas políticas estejam disponíveis também para as populações rurais.

Pensar as mudanças que ocorrem no trabalho rural brasileiro requer que se pense igualmente no tempo enquanto eixo dessa estrutura social, sendo o trabalho fundamental na organização da temporalidade social (Aquino, 2003). Mais do que demonstrar a influência e modificação que as novas relações laborais produzem no próprio entendimento do tempo e na vivência dessas agricultoras com relação a ele, nota-se que ainda preservam-se sociabilidades cuja base é uma percepção cíclica e não comercial.

Intencionando promover maior valorização dos trabalhos rurais, é pertinente mostrar as manobras acerca da regulação das temporalidades na vida prática das mulheres e, em meio a tantas demandas, pesquisar junto às agriculturas estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas para que possam efetivamente dispor de seus tempos, seja no trabalho ou fora dele.

Referências

- Andrada, C. F. (2010). Etnografias em psicologia social: notas sobre uma aproximação fecunda. *Ponto Urbe*, 7(1). <http://pontourbe.revues.org/1661>
- Anjos, F. S., Caldas, N. V., & Pollnow, G. E. (2014). Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas: a transição demográfica no Brasil rural meridional. *Extensão Rural*, 21(2), 94-116.
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Aquino, C. A. B. (2003). A temporalidade como elemento chave no estudo das transformações no trabalho. *Athenea Digital*, 4, 151-159.
- Aquino, C. A. B., & Martins, J. C. O. (2007). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 7(2), 479-500. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200013
- Bandeira, L. M., & Preturlan, R. B. (2016). As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In N. Fontoura, & C. Araújo (Orgs.), *Uso do tempo e gênero* (pp. 43-92). Rio de Janeiro: UERJ.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bosi, E. (2003). Cultura e desenraizamento. In *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social* (pp.185-194). São Paulo: Ateliê Editorial.
- Brandão, C. R. (2007). Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris*, 1(1), 37-64.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Certeau, M. (1982). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Certeau, M. (1996). *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Coutinho, M. C., & Oliveira, F. (2017). Algumas ferramentas teóricas para o estudo psicossocial do trabalho: práticas cotidianas, processos de significação e identidades. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Orgs.), *Psicologia social do trabalho* (pp. 81-102). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.
- Dedecca, C. S. (2004). Tempo, trabalho e gênero. In A. A. Costa, E. M. Oliveira, M. E. B. Lima, & V. Soares (Orgs.), *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho* (pp. 21- 52). São Paulo: CUT Brasil.
- Elias, N. (1998). *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Faria, J. H., & Ramos, C. L. (2014). Tempo dedicado ao trabalho e tempo livre: os processos sócio-históricos de construção do tempo de trabalho. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(4), 47-74.
- Fávero, M. H. (2010). *Psicologia do gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações*. Curitiba: UFPR.
- Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LCT.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.
- IBGE (2017). *Censo agropecuário: resultados preliminares 2017*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/genero.pdf
- IBGE (2018). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD Contínua): outras formas de trabalho 2017*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://loja.ibge.gov.br/pnad-continua-outras-formas-de-trabalho-2017.html>
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Orgs.), *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp.
- Martins, J. C. O., Aquino, C. A. B., Sabóia, I. B., & Pinheiro, A. A. G. (2012). De Kairós a Kronos: metamorfoses do trabalho na linha do tempo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 15(2), 219-228.
- Pronovost, G. (1996). *Sociologie du temps*. Bruxelles: De Boeck.
- Ramos, D. P. (2009). Pesquisa de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 861-870.
- Ribeiro, M. A., Bernardo, M. H., Navarro, V. L., & Oliveira, F. (2017). Práticas em psicologia social do trabalho: pesquisa e intervenção. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Orgs.), *Psicologia social do trabalho* (pp. 103-126). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Santos, E., Diogo, M., & Shucman, L. (2014). Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(1), 17-32.
- Scopinho, R., & Santos, C. (2014). Batismo de fogo e gravador desligado: notas sobre embaraços vividos pelo pesquisador no cotidiano do trabalho de campo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(2), 266-280.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Sue, R. (1995). *Temps et ordre social*. Paris: PUF.
- Tedeschi, L. A. (2004). Meu nome é “ajuda”. A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Contexto & Educação*, 19(71-72), 45-64.
- Wanderley, M. N. B. (2000). A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, (2), 29-37.
- Woortmann, E. F. (1991). Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. *Série Antropologia*, 111, 1-115.

Endereço para correspondência

mayara.galvan@gmail.com, merlo@ufrgs.br

Recebido em: 17/10/2019

Revisado em: 19/04/2020

Aprovado em: 07/05/2020